

Pregão Eletrônico

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

À Autoridade competente, Senhor pregoeiro e equipe de apoio ao pregão.

Encaminhamos o presente com o objetivo de se comprovar a impossibilidade jurídica de aceitação e habilitação da empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA CNPJ: 26.589.136/0001-72. Em atenção aos princípios que regem a licitação, estabelecidas no art. 3º da Lei 8.666/93.

Requer atenção a todos os argumentos do recurso em atenção ao Acórdão n.º 2003/2011-Plenário TCU “É imprescindível o exame do conteúdo de recurso administrativo intentado em desfavor de processo licitatório, sendo o responsável que desconsidera os argumentos apresentados sujeito às sanções requeridas.” Devendo a bem da impessoalidade ser devidamente justificada qualquer decisão a respeito do presente recurso, objetivando a finalidade da licitação bem com a supremacia do interesse público.

1. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Cabe observar, inicialmente, a constatação da presunção de inexequibilidade, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/1993 que remete:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não VENHAM A TER DEMONSTRADA SUA VIABILIDADE ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE QUE OS CUSTOS DOS INSUMOS são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.(grifo nosso)

Dessa forma a avaliação da planilha de formação de preços é a única forma de averiguar a exequibilidade e não se limite em uma simples análise da composição de preços é imprescindível que se avalie com critérios objetivos a conformidade e veracidade das informações apresentadas, observe que a legislação faz menção a comprovação de custos de insumos, ou seja, todos os elementos necessários para cumprimento do objeto, Pois bem, a finalidade da planilha de composição de custo é a comprovação de capacidade de arcar com todos os encargos decorrentes da contratação. Logo, não há possibilidade de validar planilhas que se limitem a afirmações genéricas ou insuficientes para comprovar a execução total das obrigações contratuais.

Por força da legislação apenas a abertura da planilha de custos, completa e fidedigna, é meio adequado de se comprovar a exequibilidade de preços que se amoldem a possibilidade de inexequibilidade, observe que a proposta representa apenas 17,96% do valor estimado por esta Administração. Obviamente o desconto é surpreendente e estranho as práticas comerciais. Entendemos que a escusa da livre iniciativa poderia inibir o reconhecimento automático da inexequibilidade da proposta, por isso tomamos a iniciativa de provocar essa Administração a examinar a real capacidade da empresa de cumprir com as obrigações pactuados no termo de referência.

O direito individual não pode inibir essa Administração de buscar assegurar o interesse público quanto ao recebimento do serviço na forma como fora contratado e pela natureza do serviço, que impossibilita aferição posterior o mínimo de segurança de que a empresa irá realizar todas as exigências é a prova da exequibilidade por meio de planilha de composição de custos que deverá refletir a realidade e garantir a execução do serviço, nos termos da Lei 8.666/1993. Observe que nas decisões Acórdão 325/2007-TCU-Plenário e Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário que são grandes precedentes na matéria de inexequibilidade a estipulação é constante

quanto a impossibilidade de julgamento subjetivo e a possibilidade de a empresa praticar preços agressivos, ou seja margem mínima de lucro, desde que tenha comprovado interesses indiretos. Restando comprovado que a empresa não pode ter prejuízo, aja visto que coloca em risco o adimplemento das obrigações gerando prejuízos a Administração Pública.

Acórdão 325/2007-TCU-Plenário, que tratou de primeiro estudo desta Corte com o objetivo de propor critérios de aceitabilidade para custos indiretos, tributos e lucro:

Esses exemplos podem traduzir ganhos indiretos atuais para empresa ou mesmo ganho futuro, na ótica de longo prazo para o mercado. Assim, é possível que empresas atuem com margem de lucro mínima em propostas para concorrer nas contratações de obras, DESDE QUE BEM ESTIMADOS OS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS.

Importante, destacar que é dever da Administração agir de forma razoável e voltada para garantir a efetividade dos gastos públicos. Logo, permitir que uma empresa pratique valores inexequíveis é um atentado a gestão proba e expõe o interesse público a frustração por serviços planejados e não executados ou executados de forma inadequada.

Não bastante, caso a empresa tenha algum conhecimento privilegiado ou específico quanto ao objeto da licitação, que o permita praticar valores tão insignificante em relação ao estimado, figura-se uma afronta a isonomia que por si remetem a obrigação de anular a presente licitação como prevê o §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Cabe ainda destacar a impossibilidade de efetivação da contratação ou no mínimo a turbação do processo de execução do contrato devido a articulação de planilha de preços. Os preços irrisórios que foram apresentados para os itens 1, 2 e 3 não são suficientes para a execução do serviço e a conservação de um valor com maior margem no item 4, por óbvio a possibilidade de efetivação do serviço está atrelada a execução do item 4.

No entanto, o TCU tem precedente que inviabiliza a execução do serviços nos moldes do Decreto nº 7.892/2016 desvirtuando as vantagens e garantias do Registro de Preços:

Nas licitações por lote para registro de preços, mediante adjudicação por menor preço global do lote, deve-se vedar a possibilidade de aquisição individual de itens registrados para os quais a licitante vencedora não apresentou o menor preço. Acórdão 3081/2016 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas.

Portanto, por apresentar valores irrisórios para os itens 1, 2 e 3 e por não ter apresentado o menor valor no item 4 a manutenção da aceitação da proposta não se mostra a oferta mais vantajosa para a Administração.

2 - DA DILIGÊNCIA

Faculta o §3º do art. 43 da Lei 8.666/1993 a diligência para esclarecer dúvidas ou qualquer fato que dificulte a clara identificação do requisitos do edital, logo cumprindo o dever de lealdade e de busca pela oferta mais vantajosa nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e art. 4º da Lei de Processo Administrativo o correto é abrir uma diligência para dirimir as dúvidas quanto a viabilidade do preço da proposta e a afronta ou não dos princípios da isonomia e eficiência. Em diversas oportunidades, o TCU (Acórdão 1795/2015 – Plenário; Acórdão 3615/2013 – Plenário; Acórdão 3418/2014 – Plenário) chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante: Com a posição do TCU é possível afirmar que a diligência é um dever da Administração e única forma de comprovar que se esforçou para atingir a finalidade da licitação. Portanto, inadmissível a manutenção da habilitação quando presentes evidências robustas da inexequibilidade da proposta frente as previsões do §1º do art. 48 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

3. DO PEDIDO

Demonstrado o prejuízo a segurança jurídica com a manutenção da decisão do pregoeiro,

requer:

- Atenção a todos os argumentos do recurso em atenção ao Acórdão n.º 2003/2011-Plenário TCU “É IMPRESCINDÍVEL O EXAME DO CONTEÚDO DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTENTADO EM DESFAVOR DE PROCESSO LICITATÓRIO, SENDO O RESPONSÁVEL QUE DESCONSIDERA OS ARGUMENTOS APRESENTADOS SUJEITO ÀS SANÇÕES REQUERIDAS.” DEVENDO A BEM DA IMPESSOALIDADE SER DEVIDAMENTE JUSTIFICADA QUALQUER DECISÃO A RESPEITO DO PRESENTE RECURSO, OBJETIVANDO A FINALIDADE DA LICITAÇÃO BEM COM A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.
- Seja requerido a licitante a apresentação de exequibilidade de sua proposta, por meio de planilha de composição de custos, seguindo as determinações do inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/1993 como forma de assegurar o cumprimento do princípio da isonomia e a prova do zelo com a coisa pública, que exige a certeza absoluta da possibilidade da empresa de cumprir com as obrigações contratuais sem resultar em eventual prejuízo ao interesse público.
- Por óbvio após a análise da planilha de composição de custo restará demonstrado a impossibilidade de o valor ofertado arcar com os custos da contratação. Logo, deverá a proposta ser recusada e declarada a inabilitação da empresa.
- Declarada a inabilitação da licitante requer a volta de fase e convocação da próxima empresa, nos termos do Decreto 10.024/2019.

OSMOSE CURSOS TECNICOS LTDA.
TAYLANE BARBOZA DA CRUZ
DIRETORA COMERCIAL
CPF: 045.565.431-00

Fechar